



MARIALVA

Câmara aprova projeto que destina imóveis públicos não utilizados à criação de hortas comunitárias

14 de março de 2017

Data	Fonte	Crédito da Imagem
14 de março de 2017	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

Na sessão desta segunda-feira, o plenário da Câmara Municipal de Marialva aprovou por unanimidade o Projeto de Lei Ordinária (4/2017), de autoria do vereador Jefferson que institui nova meta entre os objetivos da Política Municipal de Agricultura Urbana.

O projeto estabelece que os imóveis públicos não utilizados ou subutilizados, sejam aproveitados, preferencialmente, para a implantação de hortas comunitárias, criadas em parceria com associações de bairros e ONGs.

Na opinião de Paulo Barbado (PV), as hortas comunitárias garantem a produção de alimentos livre de transgênicos e agrotóxicos. “São alimentos saudáveis e nutritivos, uma fonte extra renda de quem precisa. Ao investir em hortas comunitárias, o município também estaria resolvendo outro problema, a limpeza de inúmeros terrenos baldios”, avaliou.

O vereador Carlos Eduardo (PSC) ressaltou três benefícios que a horta comunitária pode trazer: “O programa da horta comunitária desenvolve o senso de comunidade nas cidades onde é implantado, estimulando o cidadão a preservar o patrimônio público. Estimula também a inter-relação pessoal, fazendo com que os vizinhos se conheçam, algo tão simples e que ajuda a combater a criminalidade nos bairros e a melhorar a qualidade de vida da população. Outro ponto, é o desenvolvimento da consciência sobre a importância da educação ambiental. As crianças, os adolescentes e adultos aprendem a proteger a natureza”, disse.

A vereadora Josiane (PP) ressaltou que, se trabalhado em parceria com outras Secretarias, o programa da horta comunitária pode ajudar o Município a diminuir gastos. “O alimento ali produzido pode ser encaminhado para escolas, hospitais, azilos e outras entidades sociais. A horta comunitária vai beneficiar quem não consegue todos os dias ter uma verdura na mesa.”

Onesimo Bassan (PDT) foi favorável a proposta, mas defendeu que a Prefeitura priorize a construção de habitações populares nestes terrenos. “Ainda defendo a posição de que, nestas datas, sejam realizadas obras em sistema mutirão simples para atender famílias que estão em vulnerabilidade social e precisa de um abrigo. São pessoas que chegam na Caixa Econômica e não conseguem financiar uma casa porque têm problemas no SPC, estão com o nome em protesto e não têm condições de pagar a prestação. As hortas comunitárias podem ser feitas embaixo da rede de baixa tensão, como existem algumas em Maringá”, ponderou.

“Com este projeto não estamos dizendo que vamos pegar todos os terrenos públicos e transformar em hortas comunitárias. Estamos dizendo que nós precisamos ter hortas comunitárias em Marialva, estamos dizendo que existem terrenos abandonados, onde não cabe a infraestrutura, por exemplo, de um posto de saúde ou outra obra pública. Estamos dizendo que a Prefeitura em parceria com associações de bairros e com o pessoal da assistência social podem desenvolver um grande projeto neste momento de crise econômica. Um projeto que gere oportunidade para idosos, jovens e desempregados”, justificou Jefferson Garbúggio.